

**DOCILIZAR CORPOS E NORMALIZAR COLETIVIDADES: APONTAMENTOS SOBRE
CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CONSTRUÇÃO DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE INFÂNCIA**

FRASSETO, Antônio César
MENDES, Filipe Talon
NETO, Humberto Perinelli
SANT'ANA, Bruna Bertasso
IBILCE/UNESP – S. J. Rio Preto

As definições de políticas públicas e Infância foram originalmente enunciadas por J-J. Rousseau, no século XVIII, nos textos Contrato Social e Emílio. No primeiro, o novo regime político, num esforço para promover a igualdade entre desiguais, deveria fazê-lo por meio da Política Pública de Universalização e Laicização da escola. No segundo, encontra-se a definição de infância tal como a empregamos hoje: etapa de desenvolvimento; em que tem como desdobramento o axioma de não desenvolvido intelectual e moralmente. Esse trabalho apresenta a proposta de compreender as ações referentes à Políticas Públicas, num esforço de historização do conceito, focado para a questão do Infante. A problemática que procuramos resolver, e buscamos interlocução, é a seguinte: Há modos de pensar políticas públicas para crianças a partir de uma outra concepção de infância? Empregamos neste trabalho legislações acerca do ensino público (principalmente a LDB), bem como depoimentos de diretores, professores, funcionários e alunos de Escola Pública situada em São José do Rio Preto. Tais depoimentos são analisados por meio de contribuições buscadas na psicanálise, nas ciências da linguagem e em estudos históricos que se dedicaram a compreender a representação social de infância. No avesso da concepção rousseniana piscopedagógica majoritária, a psicanálise defende que o sujeito não se desenvolve, ou seja, parte de um marco zero e “evolui”, tal qual o conceito darwiniano, porém, que se constitui. Entende ainda, que o sujeito não tem idade, pois a vida mental consiste na administração sempre precária do eu, em relação às manifestações do Outro. Na agenda política contemporânea não há correlação de forças para pleitear um contrato social diferente do defendido por Rousseau e ainda vigente. Porém, a concepção de infância, embora incontestável no imaginário social, mostra sinais de exaustão e fissuras em seu propósito de docilizar pessoas e normalizar coletividades.